

MANTER O PODER, MESMO NA CONTRAMÃO DO FUTURO SUSTENTÁVEL DO PAÍS**José Fogaça**

A grande tragédia do Brasil tem sido, através da História, uma desastrosa embora sempre repetida dicotomia: a escolha ética e política entre adotar medidas que beneficiem sustentavelmente o país como um todo no médio e longo prazo, ou simplesmente praticar malabarismos e falsetas econômicas instantâneas que garantam alongamento de tempo no poder.

Um outro ângulo desse empedernido e histórico dilema ético-político brasileiro é o quanto essa prática mantém nosso país em décadas e décadas de estagnação econômica, tornando endêmicos nossos níveis de pobreza, de insegurança pública, de instabilidade e de descredibilização política.

Os defensores da política fiscal vigente hoje no Brasil utilizam um velho e rematado jogo de falsificação. Fingem não saber das consequências nefastas de suas decisões econômicas. No fundo, no fundo, escondem-se atrás de um biombo. Interpretam o papel de agentes ingênuos e bem intencionados de uma teia ruinosa em que na verdade caem deliberadamente. Amam o déficit, a dissipação das contas públicas, mas se escondem das consequências. Alguém pagará a conta no futuro. O que importa? O que conta mesmo é que esse é um meio de produzir ganhos imediatos que garantem o espichamento do tempo de permanência no poder. O rombo – algum dia – alguém pagará.

É um caminho consciente em direção ao abismo, embora, muitas vezes, esse abismo, apesar de ter garantido alguns anos de falso paraíso, acaba aparecendo no caminho dos próprios autores da irresponsabilidade.

Há inúmeros exemplos na História do Brasil, mas há especificamente dois – muito vivos na memória da nossa geração – que ilustram muito bem essa típica tragédia brasileira.

Um é o da ditadura militar de 1964-1985. O outro diz respeito a governos que cobriram o período político econômico entre 2010 e 2015. Cada um desses recentes blocos históricos viveu, a seu modo, esse dilema trágico do Brasil: ganância-apogeu-decadência -fim.

Entre 1968 e 1973 o governo militar ganhou um enorme fôlego político com aquilo que

foi denominado na época “milagre econômico”. Investimentos pesados em infraestrutura estatal e forte expansão do crédito garantiram taxas de crescimento do produto interno bruto superiores a 10%. Havia uma grande euforia econômica no país, malgrado a dramática experiência de repressão política, cassações e prisões que se registrou nesse período. O governo da época sabia que era preciso manter elevada a expectativa de crescimento econômico e não hesitou em fazer volumosos empréstimos em dólar em bancos estrangeiros.

O governo Geisel, que veio a seguir, por sua vez não quis de forma nenhuma adotar medidas austeras de contenção, apesar da crise do petróleo que se abatia duramente sobre todo o mundo ocidental em 1973. Londres vivia às escuras para economizar energia, mas no Brasil as aparências e efeitos políticos do milagre econômico da ditadura militar tinham que continuar, custasse o custasse.

Iniciou-se uma nova era de tomada sem limites de financiamentos internacionais.

O Plano Marshall, que visava a restauração europeia no pós-guerra, havia inundado a Europa com dólares americanos. Dólares sobravam nos bancos europeus, a taxas de conversão generosas.

O governo militar brasileiro, sem pensar nos custos futuros, atirou-se irrestritamente na tomada desses dólares para continuar assegurando o prestígio econômico do regime e a manutenção do poder. O Brasil continuou crescendo em “marcha batida”.

Mas um dia a conta veio a galope.

Uma brusca mudança no mercado financeiro internacional mudou radicalmente o valor do dólar em face da moeda brasileira. Repentinamente, o Brasil se tornava um país terrivelmente endividado. O passivo internacional tem um crescimento gigantesco - da noite para o dia. Tudo vira de cabeça para baixo e tem início uma dolorosa fase de decadência.

A exuberância econômica havia sido construída sobre um castelo de cartas e a ditadura militar brasileira, mercê dos seus erros, se viu obrigada a aceitar o seu fim constrangedor e a retirar-se silenciosa e definitivamente de cena.

A outra experiência brasileira recente de gastança-apogeu-decadência-fim ocorreu, em sua maior parte, no período da presidente Dilma Rousseff. Teve, no entanto, seu impulso inicial em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Lula, com um estímulo gigantesco ao consumo e ao crédito.

Lula foi quem deu primeiro pontapé e criou o modelo de expansão do crédito e do consumo no Brasil que equivalia ao paraíso na Terra.

Os bancos estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES) ofereciam taxas de juro generosíssimas para o consumo de bens: automóveis, caminhões, máquinas agrícolas, linha branca (eletrodomésticos de todos os tipos tiveram uma enorme redução do IPI - imposto sobre produtos industrializados - e eram vendidos nas lojas a preços espantosamente baixos). Essa política exigiu manobras fiscais insustentáveis e subsídios volumosos ao crédito, os quais foram pagos pelo Tesouro aos bancos sob a forma de títulos da dívida pública.

Essa política teve início em 2009 e se estendeu pelo ano de 2010. Garantiu com grande folga a eleição de Dilma Rousseff, que nunca em sua vida havia concorrido a um cargo eletivo.

Dilma assumiu e tentou manter em alta o nível de facilidades. A conta, no entanto, caiu sobre ela como um tsunami.

Lula, no início do processo, havia obtido um crescimento de 7,5% do PIB, o maior em 24 anos. Dilma não podia deixar a peteca cair, mas viu seu governo ante situações-limite absolutamente opostas às de Lula. A primeira mulher presidente do Brasil acabou sendo reponsabilizada por uma queda econômica de -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016.

O trágico dilema histórico do Brasil de manutenção do poder acima da sustentabilidade do país com ela se repetia de forma dura e infeliz. Dilma Rousseff sofreu impeachment e teve de deixar o poder em 31 de agosto de 2016.

Voltando para o Brasil do presente: o governo atual não aceita e não consegue entender a irremovível desconfiança que persiste entre os agentes econômicos no país.

Entre outras tantas semelhanças com o passado, infelizmente o atual governo posa como defensor de juros baixos, mas age ostensivamente na direção contrária, porque é exatamente e justamente a sua política fiscal a grande responsável pelos juros altos.

O governo não consegue entender por que há tanta descrença. Talvez porque não tenha feito a si mesmo uma pergunta cabal: que medida, ao longo de seus quatro anos, este governo adotou para gerar na consciência ativa da nação a certeza de que tudo está sendo feito para não dissipar as contas públicas no curto, médio e longo prazo, o que está sendo feito para convencer os agentes econômicos do país de que o seu legado não será de terra arrasada, mas sim de sustentabilidade e futuro para o Brasil?